

Antropologia e a questão das drogas: um século de embates políticos e teóricos

Ygor Diego Delgado Alves¹ 

Pedro Paulo Gomes Pereira¹ 

Introdução

Neste artigo pesquisamos a literatura antropológica que trata mais diretamente do tema das drogas, assunto presente desde os primórdios da antropologia no Brasil. Essa investigação se faz necessária dado o crescente interesse sobre o tema, dentro e fora da antropologia. Há ainda a necessidade de proporcionar ao(à) pesquisador(a) um estudo conciso, capaz de expor parte significativa da grande variedade de contribuições da disciplina sobre o uso de drogas e sobre as principais implicações desse hábito. Trata-se, portanto, de descrever os temas e os autores basilares, no sentido geralmente do mais antigo para o atual, no interior de cada tema. Para tanto, além dos 20 anos dedicados à pesquisa e ao estudo do tema, realizamos uma pesquisa bibliográfica e análise sistemática da biblioteca digital *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da ferramenta de pesquisa Google Scholar. Os assuntos que compõe este artigo foram pesquisados a partir de certos intervalos temporais sucessivos e variáveis de acordo com o assunto.

Cabe alertar o(a) leitor(a) para algo de que pudemos manter certa cronologia nos

primeiros cinco subtítulos, desde os primórdios da antropologia até os estudos sobre o consumo do *crack*. O que não foi mais possível fazer a partir das pesquisas sobre a maconha, em que tivemos de retornar no tempo. Assim, acabamos por apresentar o amadurecimento teórico dos estudos em consonância com os temas que a realidade foi impondo. Com isso, esperamos fornecer ao(à) leitor(a) um panorama, uma profícua discussão que se estende por décadas, com seus conceitos-chave que, igualmente, buscamos analisar.

É comum trabalhos antropológicos sobre drogas trazerem, em sua introdução, um levantamento bibliográfico a respeito da produção da disciplina no âmbito do objeto a ser tratado em cada pesquisa. Mesmo textos mais dedicados à análise da produção sobre drogas (Rui; Labate, 2016) podem conter ênfase maior em determinado aspecto dessa produção que em outros. Portanto, buscamos realizar algo original e acreditamos que, nos oito subtítulos utilizados para organizar o artigo, pudemos cumprir nosso objetivo de elucidar, com alguma sistematização, o que há de mais significativo da contribuição antropológica brasileira para a questão das drogas.

¹Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil. E-mails: antropologiaygor@yahoo.com.br; pedropaulopereira@hotmail.com
Recebido em: 28/02/2019. Aprovado em: 25/06/2019.

Nosso intuito foi verificar como as mudanças sofridas pela sociedade brasileira nos últimos cem anos impactaram a produção antropológica sobre o tema. Transformações não apenas na relação do país com as drogas, mas também com a própria população, com a urbanização e com a política. Quais foram as alterações provocadas, nessa parcela da antropologia dedicada à pesquisa sobre drogas, por novas substâncias, doenças e religiosidades? Quais os recursos teóricos e metodológicos mobilizados?

Esforços iniciais

As referências ao consumo de substâncias inebriantes remontam aos primórdios da antropologia brasileira. Vêm desde o início do século XX, com as festas indígenas regadas à bebida alcoólica, passando pela descrição do consumo da maconha pelos negros recém-libertos. Esses pesquisadores pioneiros estabeleceram um importante ponto de partida para todo desenvolvimento ulterior da disciplina, pois formularam desde questionamentos sobre se as substâncias podem ser usadas de modo terapêutico até as consequências políticas de seu consumo. Manifestaram, até mesmo, a intenção de descrever o ambiente social em que são utilizadas e a parafernália de uso, afora a influência de ambos sobre os efeitos observados. Já no início do século XX, verificaram como as substâncias podem demarcar espaços culturais diferenciados.

Parece ser o caso das “festas de cachaça”, com todos seus excessos, que são mencionadas em Nimuendaju (1987, p. 14). As festas eram dedicadas, entre os Apapokuva, aos santos cristãos e se diferenciavam da *opy*, uma cerimônia religiosa em que não se consumia a pinga. Schaden (1974, p. 179) referiu-se ao “consumo de bebida alcoólica pelos Kaiowá em folguedos que varavam a noite”.

Não havia muitas dúvidas quanto à origem da aguardente de cana-de-açúcar, tampouco quanto aos efeitos esperados. O mesmo não se pode dizer com relação à maconha.

A pretensa origem africana da maconha existente no Brasil, seus rituais de consumo, efeitos, propriedades terapêuticas e caráter sagrado foram objeto de considerações por parte de Freyre (1937; 1973). Freyre também procurou localizar o hábito de plantar e fumar a erva no interior da sociedade formada em torno da lavoura de cana-de-açúcar, nas relações entre senhores e escravos. Os escravos tinham permissão de se entregar à ociosidade na curtição do fumo de Angola, o que, pretensamente, diminuiria suas propensões à revolta, levando tranquilidade a seus proprietários.

Bastide (1971), no esforço por compreender a adesão do descendente africano ao catimbó indígena, localizou, na possibilidade da incorporação de entidades pelo catimbozeiro, a razão eficiente para a adoção, por parte do negro, da mitologia e ritualística ameríndia. A descida dos santos só seria possível, segundo Bastide (1971), pela introdução da diamba em substituição ao fumo, tradicionalmente utilizado no catimbó. Na ausência do batuque e da dança, a maconha, ao lado da jurema, forneceria, pelas suas características narcóticas, as condições necessárias para que os espíritos fossem incorporados.

Inversamente ao proposto por Bastide (1971), de que o candomblé dispensaria a necessidade da maconha para o iniciado obter a incorporação, que se torna possível pelo batuque e pela dança, Arthur Ramos observou, em Girão (1970), ser esta planta largamente conhecida nos cultos, por produzir alucinações e por sua contribuição para o desempenho nas danças. Efeitos oníricos da liamba são, para Carneiro (1958, p. 48), o real motivo de sua utilização pelos negros

africanos em busca de “sonhos maravilhosos”. O autor se ocupou em descrever a parafernália de consumo da planta composta de cachimbo de barro, com um canudo de taquari inserido em uma cabaça com água. O conjunto tinha por objetivo esfriar a fumaça do fumo de Angola e possibilitar sua aspiração confortável para aplacar os “momentos de tristeza, de banzo, de saudade da África” (Carneiro, 1958, p. 48).

Da descrição da parafernália para a roda de fumo, esse é o caminho percorrido por Pierson (1972, p. 95) ao delinear os contornos da marica utilizada no Vale do São Francisco e seu forninho de barro, canudo e garrafa contendo algum líquido. Utilizada para consumir o fumo de Angola em grupo, mais precisamente em círculo, passando o instrumento de mão em mão e dizendo “Ajoie, Marica!”, enquanto se canta uma lôa.

As preocupações desses pioneiros, na abordagem do consumo de drogas no Brasil, estão voltadas, além de buscar a origem africana da erva, para:

- o propósito de uso, que pode variar entre o desfrute da ociosidade, o embevecimento onírico, a fuga de uma realidade melancólica e a incorporação espiritual;
- a descrição da parafernália e de técnicas de consumo;
- a descrição dos efeitos;
- traçar o contexto social caracterizado pela roda de fumo ou pelo ritual religioso;
- investigar a possibilidade de um uso quase que político-ideológico por parte dos senhores, para aplacar o ímpeto de revolta dos negros escravizados.

Essas preocupações estariam, de certo modo, presentes na obra que abriria o estudo sistemático voltado ao consumo de drogas, por parte dos antropólogos, nas décadas que

viriam: *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*, tese de doutoramento de Gilberto Velho, defendida em 1975, na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Ruth Cardoso.

Gilberto Velho entre nobres e anjos

Em plena ditadura militar e ainda sob a vigência do Ato Institucional Número Cinco, mais conhecido pela sigla AI-5, que, entre outras medidas, suspendia as garantias constitucionais, Gilberto Velho defendeu sua tese de doutoramento em antropologia social com um tema espinhoso para a época: o consumo de drogas pela classe média carioca, estrato social em que vivia o autor. Com esse quadro sociopolítico, a tese não foi publicada e ficou restrita à biblioteca da universidade, até ser finalmente publicada em forma de livro décadas depois. A maior preocupação era quanto ao anonimato das pessoas com quem Velho conviveu durante o trabalho de campo, pertencentes ao meio social do investigador. À época, o temor quanto a investidas e perseguições policiais não era exagerado, mesmo entre a classe média alta carioca.

São dois grupos distintos, alvos de comparação no final do livro: vanguardistas-aristocratas e jovens surfistas, nobres e anjos, respectivamente, ambos oriundos de uma burguesia empresarial e de famílias de profissionais liberais com projeto de ascender socialmente. O consumo de substâncias, principalmente maconha e cocaína, entrou em um jogo mais amplo do que a obtenção dos efeitos desejados e passou a demarcar hierarquias em situações específicas, dentro de certo estilo de vida. O consumo de drogas, considerado apropriado pelas pessoas pesquisadas, sem maiores exageros e em oca-

siões sociais específicas, inseriu-se em uma gama muito maior de outras atividades de consumo. Atividades estas ligadas ao lazer, à vestimenta, às viagens e, também, à ingestão de bebidas alcoólicas; descreveu-se ali todo um modo de diferenciação social com marcadores ligados a bens e mercadorias, mas que carregaram, no entanto, traços de comportamento desviante.

O conceito de desvio retirado da obra de Becker (1973), principalmente de seu estudo seminal sobre usuários de maconha, serviu para localizar seus interlocutores na categoria de desviantes em relação à cultura abrangente. Os desviantes não podem consumir drogas sem certa apreensão em serem denunciados, de se tornarem desviantes puros, desmascarados e desqualificados ante aqueles cujas opiniões lhes são de significativa importância, algo mais grave que pessoas que tão somente fazem uma leitura divergente de sua cultura (Velho, 2003). Velho (2003) chegou a escrever que seus nobres e anjos, diante da cultura dominante, seriam oprimidos, malgrado a posição superior ocupada na hierarquia social.

Originalmente publicado em 1963, o livro *Becoming a marijuana user: outsiders* associou a problemática do desvio à teoria da rotulação; mais de meio século depois, constituiu-se em um clássico. Velho manteve profícuo intercâmbio com Becker desde, pelo menos, o ano de 1976, quando Becker foi professor visitante no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além de Becker, outro autor fundamental para a antropologia brasileira, segundo Velho, foi Erving Goffman: “Becker e Goffman são hoje autores fundamentais dentro da antropologia que se faz no Brasil, particularmente nos trabalhos voltados para os estudos urbanos e para a temática ampla de *indivíduo e sociedade*”

(Velho, 2002, p. 13, grifo do original). Essa influência marcou uma grande diversidade de trabalhos acadêmicos daí por diante.

A perspectiva adotada por Velho rendeu frutos e alargou-se. Ao menos duas obras do mesmo autor merecem ser brevemente tratadas aqui. A primeira delas é *Dois Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea* (Velho, 1981). Trabalho em que o autor extrapolou a descrição e a análise de pequenos grupos de usuários de drogas para se valer desta questão, tal qual se apresentava na sociedade brasileira no momento da abertura política, no intuito de pensar duas importantes categorias de acusação: o drogado e o subversivo. Ambos, implícita ou abertamente, acusados de doença ao questionarem e criticarem certos domínios e papéis, colocando em dúvida determinada ordem, dada concepção de mundo, que deveria ser vista como acomodada e irrefutável (Velho, 1981).

Em *A dimensão cultural e política dos mundos das drogas* (Velho, 1994) existe, como marca da produção do autor sobre o tema, novo esforço para complexificar o que comumente se designava na época como sendo o mundo das drogas. A essa generalização grosseira, Velho opôs um olhar sobre as drogas que levou em conta “a observação de redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como conjunto de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo” (Velho, 1994, p. 84). Quanto ao consumo de substâncias, especificamente, deveria ser observado que grupos diferentes consomem drogas em modos variados, além de que uma mesma substância poder apresentar padrões de consumo diversos.

As contribuições de Velho estão presentes em grande número de pesquisas antropológicas sobre o tema das drogas, que deverão, inclusive, extrapolar os limites da disciplina,

tornando sua perspectiva uma maneira fundamental com que iremos nos deter sobre este objeto, nas décadas seguintes.

A abordagem sociocultural

O estigma de ser considerado usuário de drogas ilícitas e suas consequências deletérias para a pessoa é tratado em Velho (1981). Essa ideia exerceu importante influência sobre outro autor que dedicou a maior parte de suas pesquisas à valorização heurística do ambiente cultural do consumo de drogas. Edward MacRae iniciou suas pesquisas no Brasil publicando trabalhos sobre sexualidade, juntamente com Peter Fry, que esteve na banca de doutoramento de Velho. Mas, precocemente, em 1986, publicou “A antropologia e o uso de drogas: a questão da maconha”, pela revista paulistana *Temas Imesc*, uma publicação do Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (Imesc), em que MacRae havia sido diretor.

No Brasil da abertura política, às vésperas da Constituinte de 1988, pensar o consumo de drogas de uma perspectiva que fosse além da droga em si, que pudesse abarcar o meio físico e social, possuía algo de revolucionário. MacRae (1986) amparou sua perspectiva nos trabalhos de dois norte-americanos: Becker (1973) e Zinberg (1984). O primeiro, com presença pregressa no Brasil por meio do Museu Nacional do Rio de Janeiro; o segundo, um psiquiatra e professor de Harvard, autor do clássico *Drug, set and setting*. Há, no texto de MacRae (1986), constante determinação em sofisticar o debate de então. De droga como termo genérico se passa a falar das drogas como tema complexo. Tal mudança abriu caminho para se considerar distintas modalidades de uso, em uma “abordagem antropológica, que en-

fatiza o até agora pouco estudado aspecto sociocultural no uso de drogas” (MacRae, 1986, p. 196). Essa abordagem iria levar em conta os aspectos rituais em torno do consumo das substâncias:

- padrões estilizados de comportamento prescrito;
- métodos de aquisição;
- técnicas de consumo;
- escolha do meio físico e social;
- atividades após o uso;
- maneiras de lidar com efeitos negativos.

Tudo isso iria acompanhar valores e regras de conduta, verdadeiras sanções sociais a compor controles sociais informais que — e aí se encontra o grande salto político da nova proposta — poderiam suplantar os controles sociais formais, representados pela letra fria da lei e pelo punitivismo.

Ao invés da repressão pura e simples da guerra às drogas, o investimento deveria estar no próprio consumidor, no maconheiro, como detentor do conhecimento necessário para usar maconha com relativa segurança, por prazer, tal qual alertara antes Becker (1973) em *Tornando-se um usuário de maconha*. O consumo de drogas deixou de ser uma relação simples entre dois termos, substância e corpo, e passou a considerar outros elementos da cultura, como a aprendizagem entre pares. Dessa forma, sequer os efeitos esperados ao se fazer uso de maconha derivariam integralmente de uma diáde. O maconheiro, muitas vezes, iniciava sua carreira como usuário com seguidas experiências negativas com a planta e precisava, então, ser instruído, guiado, por pessoas de confiança, nas técnicas de consumo, até aprender a fumar. Teria, igualmente, de ser orientado a perceber os efeitos e, uma vez identificados, não se desesperar (uma possibilidade sempre

presente nos neófitos), mas apreciar, deixar fluir as sensações que passariam a interpretar positivamente como sendo agradáveis.

O que se convencionou designar, a partir de então, como os determinantes (fatores, aspectos, contextos ou mesmo momento sociocultural), passou a ser considerado nas pesquisas e até mesmo nas políticas direcionadas às pessoas que usavam drogas. Tal procedimento teórico fez com que a observação de conotações socioculturais viesse a extrapolar os limites da antropologia. Por toda a década de 1990, pesquisas sobre drogas e juventude (Paulilo; Jeolás, 2000); ambiente escolar (Aquino, 1998); violência (Minayo; Deslandes, 1998); tratamento (Rezende, 1999); e prevenção da *Acquired Immunity Deficiency Syndrome* (Aids) (Fernandez, 1997; MacRae, 1994a; Pechansky *et al.*, 2000) levariam em conta o contexto social em que as drogas são consumidas.

No novo século que se abria, os temas e os campos de pesquisa em que uma abordagem sociocultural se fez presente foram ainda mais diversificados, abrangendo novos e antigos temas, tais como redução de danos (MacRae; Gorgulho, 2003; Santos; Soares; Campos, 2010); riscos da Aids (Paulilo; Jeolás, 2005); educação (Ribeiro, 2005; Soldera *et al.*, 2004); gênero (Bernal Roldán; Frari Galera; O'Brien, 2005; Marangoni; Félix de Oliveira, 2013; Oliveira; Paiva; Valente, 2006); implicações dos modelos de dependência nos serviços de saúde básica (Schneider; De Lima, 2011); e projetos de prevenção (Buchele; Cruz, 2011).

Em grande parte desses trabalhos, vemos, no intuito de se incluir aspectos socioculturais na análise do consumo de drogas, uma tentativa de complexificar o estudo. Como nesta conclusão de Schenker e Minayo (2005, p. 715): “O uso de drogas é uma questão com-

plexa que perpassa inúmeros subsistemas da vida individual e social. As representações sociais que levam à adesão ou à condenação dependem do contexto sociocultural”. As autoras ampararam suas observações em *Nobres e anjos*, de Velho (1998), e prosseguiram enfatizando a variabilidade cultural dos constrangimentos impostos ao consumo de drogas, além da necessidade de se levar em consideração os códigos e os significados de cada contexto sociocultural envolvido.

Pesquisas sobre a relação entre o consumo de cocaína injetada e Aids

A propagação da Aids atingiu duramente as pessoas que se utilizavam de cocaína por via intravenosa. A doença também poderia ser transmitida sexualmente para não usuários de drogas injetáveis. Talvez essas características tenham dado legitimidade a políticas de redução de danos e pesquisas epidemiológicas sobre essas pessoas. Investigações qualitativas, particularmente as de cunho etnográfico, não costumavam fazer parte do arsenal metodológico utilizado na área da saúde. Então, fazia-se necessário demonstrar a necessidade e a validade do tipo de conhecimento, possibilitado pela antropologia, assim como explicitar e esclarecer seu objeto nesse campo específico, o uso de drogas.

Estava, mais uma vez, com MacRae (1994a) a responsabilidade por abrir esse novo campo investigativo. Porém, cabe um parêntese dedicado à obra de Lima (1990) sobre os usuários de Algafan, um poderoso anestésico, por via intravenosa, na cidade do Recife, Pernambuco. Sob importante influência das obras de Becker e Goffman, a autora empreendeu uma etnografia no interior da Divisão de Serviços Técnicos da Secretaria da Segurança Pública de Pernam-

buco. Ali, acompanhou a produção da identidade desviante do dependente, a partir das relações estabelecidas entre acusados (dependentes de Algfam) e acusadores (lei, família, agentes policiais e equipe terapêutica).

O antropólogo Edward MacRae precisou esclarecer, primeiramente, a pequena dimensão do conhecimento existente sobre uma população, estigmatizada e incógnita, que, para continuar com seu hábito, necessitava se esconder. A verdade é que muito pouco se sabia sobre os usuários de drogas injetáveis (UDIs). Métodos qualitativos, como a etnografia, se prestariam muito bem a estudos sobre uma população oculta, no intuito de desvendar as conotações socioculturais do consumo da cocaína injetável, tais como:

- as motivações para se consumir a droga;
- as práticas de aquisição e uso (e quais podem ser consideradas de risco);
- os diferentes padrões de uso (que poderia variar de ocasional a pesado);
- as circunstâncias físicas e sociais em que ocorre.

O que se buscava desenhar seria um verdadeiro estilo de vida que poderia acompanhar a prática de se injetar com cocaína.

Por toda a década de 1990, pesquisas etnográficas sobre UDIs e Aids foram levadas à frente em diversas cidades brasileiras. Osvaldo Fernandez investigava o tema desde a virada da década e, em 1993, defendeu uma dissertação de mestrado sobre *A epidemia clandestina: Aids e uso de drogas endovenosas em São Paulo*. Oriundo do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc), a influência de MacRae foi imensa em seu trabalho. Andrade (1996) reconheceu os UDIs de Salvador, local de sua etnografia, como uma população de pouca visibilidade, o que tornava imperativo o conhecimento

de aspectos socioculturais do uso de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada. Só assim, acreditava o autor, medidas de prevenção da infecção pelo *human immunodeficiency virus* (HIV) poderiam ter sucesso.

A questão de gênero também será explorada em etnografias sobre a relação entre o uso de drogas e a Aids. Quatro etnografias podem ser destacadas. *Mulheres e Aids: uma abordagem antropológica*, de Denise Martin, publicada no Dossiê Aids da *Revista da USP*, de 1997. A autora procurou chamar a atenção para a complexidade da questão e para a importância de se compreender o contexto cultural em que ocorre a contaminação de mulheres pelo HIV. Assim, a autora procurou entender, por exemplo, os interditos existentes na dinâmica de casais heterossexuais em que a mulher, sem crer ser uma possível vítima de contaminação, acabava por ser contaminada com o vírus pelo marido. Preocupação semelhante à de Barroso, Miranda e Pinheiro (1998), para quem, em sua pesquisa realizada no estado do Ceará, fatores culturais situam a mulher como mãe e dona de casa e em certo estilo de vida que as pesquisadoras pretenderam descrever a partir da observação.

Sob uma perspectiva da mulher, os homens portadores do vírus que, por vezes, contaminavam suas companheiras, seriam por natureza livres e mais voltados a gostar de drogas e sexo fora do casamento. Knauth (1998), em seu estudo com casais em que o marido contaminou a esposa, percebeu uma inversão, causada pela doença, nos termos que comumente qualificam o masculino e o feminino. A mulher acabou sendo mais resiliente que o homem no enfrentamento da doença, cujo aspecto moral pesa mais sobre os companheiros.

O aspecto moral apareceu, no caso das mulheres que se prostituem na região

da Luz, centro da cidade de São Paulo, em Silva (2000), vinculado à rotulação de comportamentos desviantes, sexualidade e prazer. Nesse caso, prazer proporcionado pelo sexo e pelas diversas maneiras de se utilizar substâncias, fruto de variações culturais que complexificam a análise meramente bioquímica. Nesse momento, a autora recorreu a Velho (1994). O trabalho de Silva (2000) pode ser considerado um marco na mudança de foco dos UDIs para consumidores de cocaína por outra via, a fumada a partir da pedra de crack.

Cocaína – crack

A mencionada pesquisa de Silva (2000), intitulada *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*, foi orientada pelo antropólogo Rubens Adorno, ex-diretor do Imesc e dedicado a pesquisas no campo da saúde. A defesa de Mestrado teve a presença de Edward MacRae na banca. Selma da Silva havia sido estagiária do Imesc no início dos anos 1990. Após esse trabalho, temos a etnografia de Pelúcio (2005), que também versou sobre territórios de prostituição. Porém, a pesquisadora descreveu a construção do ser travesti, na cidade de São Carlos, em que apareceu o uso do crack entre outras substâncias disponíveis para “se ‘colocar’ – usar drogas” (Pelúcio, 2005, p. 231).

Entre os anos de 2002 e 2005 foram realizados, no Brasil, cinco projetos piloto de redução de danos entre usuários de crack; todos enfrentaram, de modo mais ou menos acentuado, grandes dificuldades. A pesquisadora Domanico (2006, p. 9) atribuiu as dificuldades à forma dos financiamentos, marcada pela “ditadura dos projetos”, e ao elevado grau de exclusão dos usuários que viviam sob a égide do “pânico moral” em torno do

crack. Domanico (2006) analisou o processo de popularização do crack e da decadência do uso da cocaína injetável — em seus efeitos sobre as ações das equipes de redução de danos, acostumadas a trabalhar com usuários de drogas por via intravenosa efetuando troca de seringas. A autora observou: “Todos iniciaram suas intervenções com usuários de drogas injetáveis que tinham como prioridade a prevenção das DST/Aids e hepatites virais através do incentivo do não compartilhamento dos apetrechos para o uso de drogas injetáveis” (Domanico, 2006, p. 177).

Relatos etnográficos sobre o uso do crack foram produzidos por Rui (2006) na cidade de Campinas, próxima à capital paulista, entre os adolescentes em situação de rua, na forma do “pitolho”, cigarro misturado com crack. O consumo da droga por crianças de Fortaleza, Ceará, também em condição de vulnerabilidade, foi referido na etnografia de Valentim (2007). No ano seguinte, Frúgoli Jr. (2008, p. 2) citou a existência de “tráfico e consumo de crack em vários espaços públicos” do bairro da Luz, centro da cidade de São Paulo. Esse artigo deu início, sob orientação de Frúgoli Jr., a uma larga produção, por diversos autores, sobre a Cracolândia. São pesquisas que continuam se renovando até hoje, juntamente com os trabalhos orientados por Adorno.

As pesquisas sobre o uso do crack na primeira década do século XXI não se limitam à cidade de São Paulo. Melotto (2009), em sua investigação sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, introduziu um novo ponto de vista sobre a pessoa que fuma crack. Com base na obra de Pierre Bourdieu, a autora buscou relacionar sujeito e estrutura social, estrutura esta geradora de práticas e representações. Seu esforço foi no sentido de apreender os processos nos quais

fossem gestadas as “mudanças e mobilidades sociais como passagens de *status*, de situação econômica e de atividades profissionais” (Melotto, 2009, p. 45).

Raupp e Adorno (2010) realizaram uma etnografia voltada, especificamente, à descrição das relações entre o contexto social vivido na Cracolândia e o padrão de uso compulsivo do *crack*. Introduziram, em Raupp (2011), o conceito de circuito, retirado de Magnani (2007) e utilizado, anteriormente, na pesquisa de Fernandez (2007, p. 159) sobre os “circuitos do pó”. Buscavam descrever o exercício da prática de fumar *crack* e os equipamentos, estabelecimentos e espaços relacionados a essa prática — assim como a observação da sociabilidade e do manejo de códigos em um território psicotrópico (Fernandes; Pinto, 2004): local reconhecido pela função desempenhada em que se vive em torno da venda e do consumo de substâncias ilícitas. Conceito também presente em Gomes e Adorno (2011), que procuraram compreender a trajetória do usuário até “tornar-se noia”, aqui percebido “como aquele que desrespeita as normas sociais e os parâmetros éticos em busca da pedra de *crack*, é visto com desconfiança e não consegue estabelecer relações de outra forma com as pessoas” (Gomes; Adorno, 2011, p. 584). Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013), por sua vez, trataram das dinâmicas espaciais urbanas, presentes nas chamadas cracolândias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para tanto, valeram-se da ideia de itinerância, imposta pela disputa entre territorialidades, marcadas por grandes intervenções urbanas em um contexto de repressão policial.

Do noia ao abjeto, Rui (2012) falou de como a relação com o *crack*, sob certa circunstância, considerada pela autora como extrema e radical, pode ser produto e pro-

duto de uma corporalidade abjeta, que radicaliza a alteridade. Tal produção justificaria intervenções de caráter tanto repressivo quanto assistencial, respectivamente, a eliminação e a recuperação. Na coletânea *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*, a etnografia de Malheiro (2013), orientada por MacRae e fortemente influenciada por Becker (1973), Zinberg (1984) e Grund (1993), complexificaram-se os termos atribuídos aos consumidores da droga que, na região do centro histórico da cidade de Salvador, apresentavam-se sob a forma de três tipos distintos: o sacizeiro, o usuário e o patrão. O primeiro corresponderia ao neófito, que fumava compulsivamente e deixava transparecer estar sob efeito da droga; o segundo, teria maior experiência e autocontrole sobre seu padrão de uso, recusando-se, no mais das vezes, estar na companhia dos sacizeiros; o último tipo, o patrão, era dedicado ao comércio da substância e muito dificilmente dela faria uso compulsivo.

Mais uma etnografia com olhar voltado para o contexto de uso do *crack* e sua influência sobre as práticas de uso, o trabalho de Vallim, Zalar e Sampaio (2015) percorreu as seguintes cenas de uso no Rio de Janeiro: o bairro da Glória, as favelas de Mangueiras e de Jacarezinho e a estação Central do Brasil. Novamente, sob forte influência dos trabalhos de Zinberg e Grund, o estudo se dedicou à:

- descrição das cenas;
- sua influência sobre os efeitos da droga;
- descrição dos rituais, dos símbolos e das sanções sociais que viessem a restringer o consumo do *crack* a padrões aceitáveis pelos pares.

O contexto do consumo do *crack* também foi objeto de exposição na pesquisa de

Alves (2016). O autor se dedicou a delinear a parafernália, as técnicas e os rituais de uso e os efeitos percebidos. Silva (2017), que no ano de 2000 havia realizado estudo pioneiro relacionando prostituição e consumo do *crack* no bairro da Luz, em São Paulo, expôs os diferentes padrões de controles informais e de autocuidado, a partir de narrativas obtidas nas cidades de Lisboa e, novamente, na capital paulista. Autocuidado este que pode ser impulsionado ou obstaculizado por certas políticas públicas, como são os programas a atuar na Cracolândia. Em Medeiros (2014), podemos verificar como as respostas institucionais costumam se prender a imagens negativas, construídas socialmente, e o quanto essas imagens contribuem negativamente no processo terapêutico levado à frente por equipes profissionais na cidade de Belo Horizonte.

Fromm (2017), em sua pesquisa etnográfica, entrou na cena de uso do bairro da Luz, em São Paulo, por meio do acompanhamento dos percursos de três personagens, pelos programas Cristolândia, De Braços Abertos (DBA) e Recomeço. A autora buscou chamar atenção para as estratégias de sobrevivência no cotidiano, frente ao que acreditava serem tentativas de pôr fim à Cracolândia. O DBA também será objeto da análise de Nasser (2018), a partir dos percursos de uma jovem que não foi aceita no programa. Souza (2015), por sua vez, teve contato com o pessoal de ponta da saúde e assistência e, principalmente, com guardas municipais. Dessa forma, fez uma etnografia do trabalho dos agentes de segurança, a partir da implantação do DBA, com um olhar para o drama diário vivido pelos agentes públicos e para as consequências advindas dos procedimentos adotados na diferenciação entre usuários de traficantes. Uma descrição do DBA pode ser encontrada em Alves (2017),

desde as articulações entre secretarias municipais, para dar início ao programa, até uma descrição do seu modo de funcionamento. É, também, do mesmo autor, uma crítica ao conceito biomédico de dependência a partir do que designa como uma antropologia do “fluxo”, como são chamados os movimentos e percursos em torno do consumo do *crack*, na Cracolândia (Alves; Pereira, 2019). Aos percursos em torno do consumo da droga se soma, na etnografia de Malheiro (2019), que já participava da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa), a descrição da violência racial, de classe e de gênero. A autora apontou, em seu trabalho com as mulheres que fumavam *crack* no centro velho de Salvador, como a construção de um campo feminista e antiproibicionista vem organizando politicamente as mulheres vítimas da guerra às drogas.

Estudos sobre a maconha

Neste ponto, como alertamos no início deste artigo, temos de fazer uma retrospectiva. Citações ao consumo da maconha remontam aos antropólogos pioneiros como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Donald Pierson, Roger Bastide e Edison Carneiro. O estudo mais detido sobre os padrões e propósitos de uso, efeitos e influência do contexto social se faz presente a partir de Gilberto Velho, que também percebeu a influência dos “puxadores de maconha” em demarcar espaços mais e menos degradados da cidade (Velho, 1989, p. 33-34). Em sociedades complexas e heterogêneas, o chamado mundo das drogas é mais bem compreendido se levarmos em conta “a liberdade existencial dos indivíduos que transitam entre diferentes domínios e mundos de significado” (Velho, 1999, p. 89).

Essa demarcação de espaços na cidade, proporcionada pelo consumo de drogas, poderia derivar de uma separação ainda mais ampla e profunda no interior da sociedade brasileira. Em Adiala (1986), temos um estudo pioneiro, calcado na análise de discurso e nos conceitos foucaultianos de poder, sobre as relações entre o saber médico, construído em torno da diamba (maconha), sua vinculação com a população negra e com a repressão do plantio, comércio e consumo da erva. O artigo *A criminalização dos entorpecentes* permanece um estudo influente que vem inspirando pesquisas por três décadas.

Complexificar o debate sobre a *cannabis* no país é o objetivo que podemos atribuir a MacRae e Simões (2000), ao buscarem a valorização do *setting* de consumo da planta, em uma pesquisa realizada no ano de 1987, nas cidades de São Paulo e Salvador. Os autores se dedicaram, também, a contextualizar o consumo da maconha no interior das outras práticas dedicadas a alterar a consciência ordinária de vigília: o devaneio, o transe místico, a meditação ou mesmo a sensação provocada em crianças ao rodopiarem até caírem tontas. As expectativas dos maconheiros e o ambiente que encontram para fumar parecem ter influência decisiva nos efeitos percebidos. A descrição dos controles informais sobre o consumo de maconha entre as pessoas das camadas médias urbanas pesquisadas, integradas ao mercado de trabalho e de consumo, aparece, em *Rodas de fumo* (MACRAE; SIMÕES, 2000), como uma espécie de contraponto ao, então, chamado problema das drogas.

Porém, não é apenas em Copacabana ou nos centros urbanos, tais como São Paulo e Salvador, que a maconha delimitaria fronteiras culturais. Diniz e Cardia (1979, p. 82) observaram como no ritual xamanístico dos

Tenetehara-Guajajara, “conservantismo e mudança cultural” podem ser percebidos em sua dualidade — enquanto “o espírito do Kaipora masca e fuma maconha, o espírito do Karaiú (civilizado) bebe cachaça”. Em Henman (1986), o caráter etnocida da guerra às drogas é denunciado a partir do caso de um índio tenetehara torturado durante operação da Polícia Federal, na segunda metade dos anos 1970, contra o plantio e o uso da *cannabis* pelo grupo indígena. No relatório apresentado em 1989, ao Imesc, o antropólogo Domingues (2016) relatou o embate repressivo em torno do uso da maconha por grupos indígenas do norte do estado do Tocantins. Os krahô-mankraré decidiram abandonar o cultivo e o uso da maconha para evitar as investidas punitivas da polícia em suas terras. Já em Assunção (1999, p. 28-9), temos um questionamento a respeito da resiliência apresentada pelo costume de se fumar maconha entre indígenas do estado do Maranhão em detrimento de outros costumes, como ingerir cauíim. Tal opção se dá apesar da origem autóctone da beberagem em detrimento da, provável, ascendência africana do costume de se fumar *cannabis*.

A crítica ao proibicionismo foi a tônica de alguns trabalhos antropológicos publicados na segunda década do século XXI. Vidal (2009), ainda na primeira década, abriu o debate com seu texto sobre a regulamentação do cultivo da maconha como proposta de redução de danos, tecendo um histórico da perseguição da planta no país. O autor percorreu, analiticamente, leis e convenções sobre drogas até a emergência das políticas de redução de danos, que considerou ser um paradigma alternativo à proibição. Souza e De Moraes (2018) propuseram uma genealogia da proibição da maconha no Brasil e descreveram a articulação do proibicionismo com a atual

política de drogas. Entre os efeitos deletérios da atual legislação, um dos mais dramáticos é a dificuldade do uso de derivados da planta pela medicina oficial. O ativismo político das famílias com crianças portadoras de epilepsia de difícil controle foi objeto de análise em Oliveira (2016). A autora descreveu a organização e a atuação dessas famílias frente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a construção da solidariedade e de uma verdadeira rede terapêutica.

O ativismo político em torno da descriminalização da *cannabis* incorpora, também, seu uso não medicinal, o uso recreativo. Como é o caso da atividade militante em torno da Marcha da Maconha, que pode assumir, por vezes, ares carnavalescos (Veríssimo, 2013). Em outras oportunidades, como em Brandão (2017), pode se assemelhar mais a uma verdadeira cruzada simbólica contra o estigma em torno da planta, que não prescinde em possuir certo caráter performático nas manifestações públicas da militância canábica. Pode apresentar-se, também, como um movimento social com marcante aspecto ritualístico, expressão, em Corteletti (2015), de uma possível nova noção de cidadania. Ou um problema público, com debate aberto acerca dos efeitos da droga e do proibicionismo — mais que se esconder, as pessoas parecem ter “vontade de se mostrar” (Brandão, 2016, p. 127). São esses consumidores que, dadas condições propícias, poderiam, como desejou Policarpo (2013, p. 199, grifos do original), “modular seus conhecimentos produzidos *a partir da experiência* em discursos normativos *sobre a experiência* de consumo de drogas”.

A ilicitude contida no ato de portar ou usar a droga não impediria o surgimento de um consumo sofisticado, que em Veríssimo (2016, p. 276) apareceu personificado no *ca-*

nabier, “termo cunhado em função da aproximação significativa entre os círculos de apreciadores de cannabis oriundas de autocoltivados domésticos e os círculos de apreciadores de vinhos finos (*sommeliers*)” (Veríssimo, 2016, p. 276). O proibicionismo tampouco impediria sua incorporação como substância terapêutica, recreativa ou mesmo religiosa, como a Santa Maria, nome pelo qual a maconha é conhecida nos cultos de Santo Daime (MacRae, 2005; Rocha, 2016), o que nos leva ao uso da *ayahuasca*.

O uso ritual religioso da *ayahuasca*

Na primeira metade dos anos 1990, não foi só a maconha que foi vítima de perseguição por parte das autoridades sanitárias e policiais. O chá *ayahuasca* também corria risco de ter seu uso ritual proscrito pelo Conselho Federal de Entorpecentes (Confen), o então órgão responsável por regulamentar o consumo de substâncias no país. Embora Groisman (1991) tenha apontado, em trabalho pioneiro, algumas características da cosmovisão e dos rituais do Santo Daime, apenas em MacRae (1994b) que veremos uma defesa não só da legalidade do uso ritual do chá, mas da importância de se levar em consideração os fatores socioculturais nas decisões oficiais a respeito de políticas sobre drogas. O autor enfatizou que não se deve deixar de levar em conta que a chamada medicina popular era, em diversos locais do Brasil, o único recurso de cura disponível, além de ser praticada por líderes espirituais, que também exercem “importantes funções civilizadoras e normativas entre populações marginalizadas e carentes” (MacRae, 1994b, p. 33).

A religião conhecida como Santo Daime, seus mitos fundadores, as funções normativas como as desempenhadas por seu

criador (o maranhense Raimundo Irineu Serra) foram objeto do estudo desenvolvido por Goulart (1996) durante a primeira metade dos anos 1990. O aspecto ritual do uso religioso da *ayahuasca*, com seus controles informais, valores e regras de conduta, permite a atualização dos mitos sob um estado alterado de consciência. Tal estado é tornado possível por certas características ritualísticas presentes nos cultos, tais como:

- prescrições dietéticas e comportamentais;
- organização hierárquica;
- controle da dosagem;
- organização espacial do culto com divisões por sexo, estado civil e faixa etária (MacRae, 1992; 1999).

O consumo da *ayahuasca* também seria fundamental para a habilidade dos xamãs do alto Juruá em acessar diversos planos cosmológicos, múltiplos pontos de vista e se colocar em perspectiva, assumindo o olhar do outro como um tradutor (Cunha, 1998). Entre os Kaxinawá, a *ayahuasca* é a bebida *dunuan isun* que, ao ser consumida ritualmente, dá aos homens o poder de entrar em contato com o lado invisível da realidade (Lagrou, 1996).

O consumo ritual da bebida extrapolou, desde, pelo menos, a primeira metade do século XX, os agrupamentos indígenas amazônicos, dividindo-se em três correntes principais: Santo Daime, União do Vegetal e Barquinha. Essas três diferentes denominações religiosas contrastam quanto à tradição, por meio de oposições e acusações recíprocas (Goulart, 2004). Tais características levaram, possivelmente, a uma intensa dinâmica de conversões e mobilidade entre as distintas denominações e no interior delas (Greganich, 2010).

As três denominações possuem uma dimensão de cura com o uso de um chá en-

teógeno (Ricciardi, 2009), e na União do Vegetal, por exemplo, problemas físicos e psíquicos, tais como a dependência de drogas, são tratados a partir de uma experiência de transformação. De Rose (2006), que pesquisou uma comunidade ayahuasqueira localizada no sul do estado de Minas Gerais, expôs como no Santo Daime o processo de cura enfatiza a relação entre as dimensões terapêutica e espiritual, a partir de diferentes procedimentos de tratamento. Mercante (2009) descreveu as sessões promovidas por uma associação beneficente, em que moradores de rua poderiam superar o abuso de drogas, por meio do consumo de *ayahuasca* e da produção de imagens mentais espontâneas ou mirações. Para esse autor, além das imagens, as experiências vivenciadas no ritual com o chá também teriam papel fundamental na recuperação da dependência (Mercante, 2013).

A observação experiencial, como a que procurou realizar Mercante (2013) em sua pesquisa sobre a Barquinha, vem se constituir em um método específico de pesquisa dos estados alterados de consciência, produzidos por psicoativos. O investigador deixou de ser somente acadêmico para se tornar, também, um discípulo iniciado na tradição cultural que pretendeu estudar, capaz de ser participante e introspectivo, de observar e se auto-observar, ao mesmo tempo em que convivia e dialogava com outros usuários da substância, que aceitaram compartilhar experiências e confidências, como são as descrições das mirações vivenciadas.

O universo imagético provocado pela ingestão ritual do chá de *ayahuasca*, agora associado ao rapé indígena e ao *Kampô*, é composto de visões que possibilitam a ordenação de equívocos e recriação de narrativas individuais com efeito terapêutico. *Kampô*,

segundo Coutinho (2013b, p. 2), seria “uma secreção extraída de um sapo amazônico de hábitos noturnos, coletada por povos da etnia pano e utilizada como medicina alternativa em terapias encontradas na cidade de São Paulo”. Em certo sentido, para Mercante (2016), as imagens mentais experienciadas no contexto ritual do uso da *ayahuasca* poderiam ser consideradas como base de uma realidade ancorada no poder da mente. As implicações terapêuticas do consumo ritual da *ayahuasca* provocaram, entre outros motivos, sua disseminação por grandes centros urbanos.

A União do Vegetal teve uma expansão que data dos anos 1970, enquanto o Santo Daime se espalhou somente a partir dos anos 1980. Labate (2004), que havia, em 2001, participado da fundação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip), descreveu, no estudo do caso do centro terapêutico Caminho do Coração, o surgimento das modalidades ayahuasqueiras urbanas com integrantes organizados em pequenos grupos, que denominou neo-ayahuasqueiros. Esse consumo urbano da *ayahuasca* e seu uso terapêutico fora da floresta foram precedidos por um longo processo de expansão do vegetalismo peruano, em que estrangeiros naquele país se tornaram curandeiros para um público de classe média dos Estados Unidos e da Europa (Labate, 2011). À expansão global do Santo Daime e da União do Vegetal correspondeu um processo regulatório internacional (Labate; Feeney, 2011), acompanhado de iniciativas voltadas à patrimonialização, permeadas por disputas entre os grupos religiosos (Barros, 2016). No entanto, malgrado os esforços regulatórios, a popularização do uso recreativo, terapêutico e espiritual da bebida levou, na atualidade, a maior questionamento quanto à legitimidade e à legalidade das novas práticas que

envolvem seu consumo (Coutinho, 2013a). Além disso, desde Chaves (2003), houve um questionamento quanto a certa interpretação do culto a Maria, mãe de Jesus, no universo ayahuasqueiro, que pode cobrar das fiéis uma atitude passiva ao sofrerem violências e abusos por parte dos homens.

Tráfico de drogas

A liberdade de transitar entre diversos mundos de significados, apontada por Velho (1999) como parte das possibilidades oferecidas pelas sociedades complexas, levou, não poucas vezes, à experimentação e mesmo ao hábito de se utilizar substâncias proscritas pela lei. Essa proibição possibilitou a criação de todo um comércio ilegal de drogas, geralmente conectado às redes internacionais do tráfico e, por vezes, um verdadeiro poder paralelo, capaz de colocar em xeque a existência de estados nacionais. De modo, talvez, premonitório, Velho (1999), pensando na realidade brasileira, alertou para os riscos que a imensa concentração de recursos nas mãos das quadrilhas de traficantes poderia significar para a democracia.

Zaluar (1996) advertiu para as múltiplas consequências da existência de um tráfico de drogas organizado internacionalmente:

- instalação de pontos de venda nos bairros pobres;
- fomento de conflitos sangrentos nessas vizinhanças;
- corrupção das instituições repressoras;
- demonização do usuário.

A desqualificação de quem usa drogas acaba facilitando o isolamento e dificultando o tratamento do dependente, que fica à mercê do traficante e do policial corrupto. Vargas (2000) abordou os corpos mutilados,

vítimas da intervenção estatal, inclusive bélicas e em nível internacional no circuito das drogas. Rafael (2001) entendeu esse circuito como um fluxo gerenciado com algum grau de institucionalização, um agenciamento expresso em certo regime de signos e sistema de ações. Esse agenciamento poderia ser observado no controle territorial, nas hierarquias e nos modos de interação e produção de códigos e palavras de ordem.

Seguindo essa trilha, Barbosa (2006) destacou a positividade do encontro nos bailes frequentados por membros do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Complementares às conexões estabelecidas na prisão, os vínculos produzidos a partir dos bailes se dão no encontro de homens livres, por meio do riso e da alegria, celebrando a vida, o sexo, a vaidade e o dinheiro. Malvasi (2012) também se referiu a códigos, presentes no dialeto das chamadas quebradas de São Paulo, em que a ideia de se viver na vida *loka* unifica a diversidade de experiências pelas quais passam os jovens sob o poder do tráfico de drogas.

Já as mulheres envolvidas no tráfico podem vislumbrar, a começar do ingresso na atividade criminosa, uma possibilidade de elevação na condição econômica, ao alcançarem, conforme relatou Helpes (2014), postos de trabalho elevados no interior da ilegalidade. Bernardi (2013), em sua pesquisa sobre o envolvimento de mulheres no tráfico de drogas, na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, revelou como o cárcere é o destino de muitas delas que, separadas do contato com o mundo exterior, vivem longe de família e filhos. Como é para os filhos que justificam sua entrada no universo do negócio das drogas, o tráfico apresenta aqui uma de suas faces mais deletérias: no binômio criminalidade e gênero, uma sobrepena é imposta às mulheres.

Notas finais

Desde a primeira metade do século XX que o tema das drogas trouxe à antropologia no Brasil preocupações de cunho sociocultural, abordando questões, tais como o propósito de uso, a descrição da parafernália e de técnicas de consumo e a descrição dos efeitos em determinado contexto social. Essas abordagens foram capazes de impor constrangimentos contra exageros e de circunscrever o uso de substâncias a ocasiões sociais específicas, marcadas por certa ritualidade, entendida como padrões estilizados de comportamento prescrito.

Esse arcabouço teórico precisou ser desenvolvido no país, primeiramente, para dar conta da repressão legal e política ao usuário de substâncias tornadas ilícitas. Em um segundo momento, a emergência provocada pelo advento da Aids tornou ainda mais necessária uma metodologia de pesquisa que pudesse ser eficiente em estudos sobre uma população oculta, usuária de cocaína injetável.

Com a mudança na forma de utilização da cocaína, de injetada para fumada, grandes cenas abertas de uso de *crack* surgiram pelo país, com destaque para a Cracolândia, em São Paulo. O contexto social alargou-se, da roda de fumo, com seu pequeno número de participantes, para aglomerações de centenas e até milhares de pessoas. Conceitos próprios da antropologia urbana que buscam dar conta do movimento na cidade, tais como o de circuito, são agregados a outros voltados diretamente a interpretar cenas de uso e comércio de drogas, os territórios psicotrópicos. Os territórios psicotrópicos, pelo jogo de interesses que rondam as metrópoles, são também postos em movimento como territorialidades itinerantes.

Gilberto Velho, desde os anos 1970, havia percebido que o consumo de drogas

tornadas proibidas era utilizado nas cidades como demarcador de áreas degradadas. A proibição estaria na origem dos problemas enfrentados pelos usuários de substâncias, segregados em territórios estigmatizados. Um ativismo político iria surgir como resposta à violência impetrada pelos agentes do Estado e do tráfico de drogas. Tais mobilizações e respostas sociais não passaram despercebidas das análises antropológicas.

Direitos também foram reivindicados pelos consumidores de substâncias psicoativas em contexto religioso, por meio da defesa de que os fatores socioculturais sejam considerados nas decisões oficiais a respeito de políticas sobre drogas. A pesquisa etnográfica sobre esse tema, que necessariamente deveria incluir a participação em rituais, impele os antropólogos envolvidos a justificar, teórica e metodologicamente, a experiência do consumo da substância e sua importância na pesquisa de estados alterados de consciência. A incorporação do chá de Santa Daime no mercado de serviços religiosos oferecidos na cidade, quando seu consumo se internacionalizou, acarretou disputas, questionamentos e esforços no sentido da regulamentação para evitar a ilegalidade. Essa mesma ilegalidade que concentrou recursos nas mãos das quadrilhas de traficantes, que instalaram pontos de venda nos bairros pobres, fomentando conflitos san-

grentos, corrupção e demonização do usuário, como analisado por diversos(as) autores(as) mencionados(das).

Finalmente, consideramos importante observar que este artigo buscou somente elaborar uma revisão sobre o campo de estudos de drogas na antropologia. Trata-se, pois, de um trabalho que procurou retratar as mais diversas contribuições e que, estamos conscientes disso, sempre será limitado pela economia de espaço de um artigo, mas também, e, principalmente, pelas limitações e escolhas dos autores. Construímos um panorama inicial que destaca autores e movimentos teóricos importantes, mas que ainda deixa lacunas por preencher. Por exemplo, neste artigo optamos por não analisar os trabalhos que se voltam para as drogas (medicamentos) comercializadas sob prescrição médica e de consumo largamente incentivado, tais como moderadoras de apetite, antipsicóticas, entre outras, apesar de já contar com uma bibliografia rica que merece atenção especial (que pretendemos elaborar em outro espaço). Outra lacuna: falta, ainda, aprofundar a discussão do uso político da guerra às drogas e sua relação com o autoritarismo. Optamos por esse caminho, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque, como lembrou Geertz (1989, p. 15), “há muitas: é necessário escolher”.

Bibliografia

- ADIALA, J. C. A Criminalização dos Entorpecentes. In: SEMINÁRIO CRIME E CASTIGO, 1., Rio de Janeiro. **Papéis Avulsos**. Casa de Rui Barbosa, n. 1, p. 58-87, 1986.
- ALVES, Y. D. D. **Jamais fomos zumbis**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Salvador: Edufba/Cetad, 2017.
- ALVES, Y. D. D. O uso do *crack* como ele é: o cachimbo, o “bloco” e o usuário”. **Etnográfica**, v. 20, n. 3, p. 495-515, 2016.
- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. Uma antropologia do “fluxo”: reflexões sobre dependência no contexto do *crack*. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 16, n. 1, p. 121-142, 2019. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n1p121>

- ANDRADE, T. M. de. **Condições psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas infetáveis, em uma comunidade marginalizada de Salvador-Bahia.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- AQUINO, J. G. **Drogas na escola.** São Paulo: Summus, 1998.
- ASSUNÇÃO, M. R. A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, v. 14, n. 1, 1999.
- BARBOSA, A. R. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Humanas**, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006.
- BARROS, G. C. **Tradição e modernidade no Campo Ayhuasqueiro: uma análise a partir dos processos de regulamentação e patrimonialização da ayahuasca no Brasil no período de 1985/2016.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.
- BARROSO, M. G. T.; MIRANDA, C. C. L.; PINHEIRO, P. N. da C. A AIDS sob o olhar da companheira contaminada. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 51, n. 3, p. 393-402, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71671998000300005>
- BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1971.
- BECKER, H. **Becoming a marijuana user: outsiders.** Nova York: Free Press, 1973. p. 41-58.
- BERNAL ROLDÁN, M. C.; FRARI GALERA, S. A.; O'BRIEN, B. Percepção do papel materno de mulheres que vivem em um contexto de drogas e violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. esp. 2, p. 1118-1126, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692005000800004>
- BERNARDI, M. L. **Gênero, cárcere e família: estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- BRANDÃO, M. D. Em Marcha: maconha e a reversão de um estigma. **Praça**, Recife, v. 1, n. 1, 2017.
- BRANDÃO, M. D. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. *In*: MACRAE, E.; ALVES, W. C. **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade.** Salvador: Edufba, 2016.
- BUCHELE, F.; CRUZ, D. D. de O. **Aspectos socioculturais do uso de álcool e outras drogas e exemplos de projetos de prevenção.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- CARNEIRO, E. **O quilombo dos Palmares.** São Paulo: Brasiliense, 1958.
- CHAVES, L. **A mulher urbana no Santo Daime: entre o modelo arcaico e o moderno de feminino.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- CORTELETTI, Y. B. F. **Da rua ao Congresso: uma análise etnográfica da Marcha da Maconha DF e da política sobre o tema no Congresso Nacional.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COUTINHO, T. A questão da legitimidade e da legalidade dos usos contemporâneos da ayahuasca: Um estudo de caso. **Dilemas**, v. 6, n. 2, p. 331-355, 2013a.
- COUTINHO, T. Curando através de imagens. **Ponto Urbe**, v. 13, 2013b.
- CUNHA, M. C. da. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100001>

- DE ROSE, I. S. Repensando as Fronteiras entre Espiritualidade e Terapia: Reflexões sobre a cura no Santo Daime. **Campos**, v. 7, n. 1, 2006. <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v7i1.5450>
- DINIZ, E. S.; CARDIA, L. A situação atual dos índios Tenetehara. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 22, p. 79-85, 1979. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1979.110805>
- DOMANICO, A. **Craqueiros e cracados: bem vindo ao mundo dos nóias! Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- DOMINGUES, S. Maconha e Xamanismo numa Tribo Timbira. In: MACRAE, E.; ALVES, W. C. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016.
- FERNANDES, L.; PINTO, M. El espacio como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. **Monografías Humanitas, Fundación Medicina y Humanidades**, n. 5, p. 147-162, 2004.
- FERNANDEZ, O. F. R. L. **A epidemia clandestina: AIDS e uso de drogas endovenosas em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.
- FERNANDEZ, O. F. R. L. Redes juvenis, droga injetável e o HIV/Aids. **Revista USP**, São Paulo, n. 33, p. 102-115, 1997. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i33p102-115>
- FERNANDEZ, O. F. R. L. **Coca light?: usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- FREYRE, G. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.
- FREYRE, G. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937.
- FROMM, D. Percursos e refúgios urbanos. Notas sobre a circulação de usuários de crack pela trama institucional da Cracolândia de São Paulo. **Ponto Urbe**, v. 21, 2017.
- FRÚGOLI JR., H. Roteiro pelo bairro da Luz, São Paulo. **Ponto Urbe**, v. 2, n. 1, 2008.
- FRÚGOLI JR., H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 2, p. 73-97, 2013.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ETC, 1989.
- GIRÃO, V. C. A coleção Arthur Ramos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 95-113, 1970.
- GOMES, B. R.; ADORNO, R. de C. F. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 569-586, 2011.
- GOULART, S. L. **Contrastes e continuidades em uma tradição Amazônica: as regiões da Ayahuasca**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- GOULART, S. L. **Raízes culturais do Santo Daime**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GREGANICH, J. **Entre a rosa e o beija-flor: um estudo antropológico de trajetórias na União Vegetal (UDV) e no Santo Daime**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- GROISMAN, A. **Eu Venho da Floresta: ecletismo e práxis xamânica daimista no Céu do Mapiá**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

- GRUND, J.-P. C. **Drug use as a social Ritual**: Functionality, symbolism and determinants of self-regulation. Roterdá: Institute Voor Verslavingsondersoek, Erasmus Universities, 1993.
- HELPEES, S. S. **Vidas em jogos: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- HENMAN, A. R. A guerra às drogas é uma guerra etnocida. *In*: HENMAN, A. R.; PESSOA JR., O. (orgs.). **Diamba Sarabamba**. São Paulo: Ground, 1986.
- KNAUTH, D. R. Morte masculina: homens portadores do vírus da AIDS sob a perspectiva feminina. *In*: DUARTE, L. F.; LEAL, O. F. (orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 183-198.
- LABATE, B. C. **A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos**. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2004.
- LABATE, B. C. **Ayahuasca Mamancuma merci beaucoup: internacionalização e diversificação do vegetalismo ayahuasqueiro peruano**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- LABATE, B. C.; FEENEY, K. O processo de regulamentação da ayahuasca no Brasil e na esfera internacional: desafios e implicações. **Periferia**, v. 3, n. 2, 2011. <https://doi.org/10.12957/periferia.2011.4054>
- LAGROU, E. M. Poder criativo e domesticação produtiva na estética piaroa e kaxinawá. **Cadernos de Campo**, v. 5, n. 5-6, p. 47-62, 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v5i5-6p47-62>
- LIMA, J. C. da R. **Passageiros da fantasia**. Recife: Fundaj, 1990.
- MACRAE, E. **A abordagem etnográfica do uso de drogas**. Drogas e Aids: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- MACRAE, E. A antropologia e o uso de drogas: a questão da maconha. **Temas Imesc**, v. 3, n. 2, p. 195-202, 1986.
- MACRAE, E. A importância dos fatores socioculturais na determinação da política oficial sobre o uso ritual de ayahuasca. *In*: ZALUAR, A. **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- MACRAE, E. **Guiado pela lua**: xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MACRAE, E. Ritual and Religious Use of Ayahuasca in Contemporary Brazil. *In*: 12th INTERNATIONAL CONFERENCE ON DRUG POLICY REFORM, 12., 1999. **Anais** [...]. Washington, D.C., 1999.
- MACRAE, E. Santo Daime e Santa Maria: usos religiosos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. *In*: LABATE, B. C.; GOULART, S. L. (orgs.). **O uso ritual das plantas de poder**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- MACRAE, E.; GORGULHO, M. Redução de danos e tratamento de substituição: posicionamento da Rede Brasileira de Redução de Danos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, v. 52, n. 5, p. 371-374, 2003.
- MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: Edufba, 2000.
- MAGNANI, J. G. C. Vai ter música?: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. **Ponto Urbe**, v. 1, 2007.
- MALHEIRO, L. S. B. Entre sacizeiro, usuário e patrão: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. *In*: TAVARES, L. A. (org.). **Crack**: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: Editora UFBA, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, 2013.

- MALHEIRO, L. S. B. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARANGONI, S. R.; FÉLIX DE OLIVEIRA, M. L. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 3, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000300012>
- MARTIN, D. Mulheres e Aids: uma abordagem antropológica. **Revista USP**, n. 33, p. 88-101, 1997. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i33p88-101>
- MEDEIROS, R. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 105-117, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100008>
- MELOTTO, P. **Trajetórias e usos de crack: estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo-RS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MERCANTE, M. S. Ayahuasca, dependência química e alcoolismo. **Ponto Urbe**, v. 5, 2009.
- MERCANTE, M. S. A ayahuasca e o tratamento da dependência. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 529-558, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132013000300005>
- MERCANTE, M. S. Imagens mentais espontâneas: mente, alma, corpo e processos visionários durante o uso ritual de ayahuasca. **Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais Art&Sensorium**, v. 3, n. 1, p. 74-86, 2016.
- MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 1, p. 35-42, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000100011>
- NASSER, M. M. S. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 243-270, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100009>
- NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.
- OLIVEIRA, F. S. R. de. **Maconheirinhos: cuidado, solidariedade, e ativismo de pacientes e seus familiares, em torno do óleo de maconha rico em canabidiol (CBD)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OLIVEIRA, J. F. de; PAIVA, M. S.; VALENTE, C. L. M. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, p. 473-481, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000200024>
- PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Aids, drogas, riscos e significados: uma construção sociocultural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 175-184, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100024>
- PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas”. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 1, p. 39-60, 2000.
- PECHANSKY, F. *et al.* Estudo sobre as características de usuários de drogas injetáveis que buscam atendimento em Porto Alegre, RS. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 164-171, 2000. <http://doi.org/10.1590/S1516-44462000000400005>

- PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>
- PIERSON, D. **Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Suvale, 1972.
- POLICARPO, F. **O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- RAFAEL, A. As armas do crime Reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Civitas**, v. 1, n. 2, p. 165-180, 2001. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2001.2.82>
- RAUPP, L. M. **Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RAUPP, L. M.; ADORNO, R. de C. F. Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil. **Toxicodependências**, v. 16, n. 2, p. 29-37, 2010.
- REZENDE, M. M. **Tratamento de dependentes de drogas: diálogos com profissionais da área de saúde mental**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- RIBEIRO, W. **Drogas na escola: Prevenir educando**. São Paulo: Annablume, 2005.
- RICCIARDI, G. S. O uso da Ayahuasca e a experiência de alívio, transformação e cura na União Vegetal (UDV). In: NERY FILHO, A. *et al.* (orgs.). **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Salvador: Edufba; Cetad, 2009.
- ROCHA, J. De maconha à Santa Maria: Apontamentos para uma cartografia de um processo de subjetivação acerca do uso religioso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas (1970-2010). **Diversidade Religiosa**, v. 6, n. 1, p. 183-209, 2016.
- RUI, T. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RUI, T. Só se vive uma vez: uma reflexão acerca de distintas concepções e práticas do uso de “drogas”. **Mediações**, v. 11, n. 2, p. 187-202, 2006. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2006v11n2p187>
- RUI, T.; LABATE, B. C. Psicoativos, cultura e controles: contribuições da antropologia ao debate público no Brasil. In: LABATE, B. C. *et al.* (orgs.). **Drogas, Políticas Públicas e Consumidores**. Campinas: Mercado de Letras/ Neip, 2016.
- SANTOS, V. E. dos; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 995-1015, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000300016>
- SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: Edusp, 1974.
- SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. de S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000300027>
- SCHNEIDER, D. R.; DE LIMA, D. S. Implicações dos modelos de atenção à dependência de álcool e outras drogas na rede básica em saúde. **Psico**, v. 42, n. 2, p. 168-178, 2011.
- SILVA, S. L. da. **Mulheres da luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- SILVA, S. L. da. **A exposição e a invisibilidade: percursos e percalços por Lisboa e São Paulo. As narrativas dos usos e dos controlos do uso de crack.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SOLDERA, M. *et al.* Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. 277-283, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000200018>
- SOUZA, A. T.; DE MORAES, P. R. B. O evolucionismo na proibição da maconha. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 4, n. 1, p. 133-148, 2018.
- SOUZA, L. C. de. Notas sobre a distinção entre usuários e traficantes na “cracolândia”: Apontamentos para uma crítica da política de drogas. **Áskesis**, v. 4, n. 1, p. 206-224, 2015.
- VALENTIM, D. C. Entre brincadeiras e trocados: Fragmentos Etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de rua em Fortaleza-CE. **Três Pontos**, v. 4, n. 2, 2007.
- VALLIM, D.; ZALUAR, A.; SAMPAIO, C. Uma etnografia das cenas de uso de *crack* no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. *In*: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas.** São Paulo: Hucitec, 2015.
- VARGAS, E. V. Que guerra é essa? A propósito da partilha moral entre drogas e fármacos. **Conjuntura Política**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-4, 2000.
- VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. *In*: ZALUAR, A. (org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- VELHO, G. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 38, p. 9-17, 2002.
- VELHO, G. Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea. *In*: VELHO, G. **Individualismo e Cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, G. **Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. *In*: VELHO, G. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- VERÍSSIMO, M. A marcha mundial da maconha no Rio de Janeiro. *In*: PEREIRA, I.; NUNES, N.; FLORES, I. **City in Movement: Activism, Social Participation and Urban Reinventions.** Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2013.
- VERÍSSIMO, M. Do maconheiro ao *canabier*: os autocultivos domésticos e outras domesticações. *In*: MACRAE, E.; ALVES, W. C. **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade.** Salvador: Edufba, 2016.
- VIDAL, S. A regulamentação do cultivo de maconha para consumo próprio: uma proposta de redução de danos. MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; RÊGO, M. (orgs.). **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas.** Salvador: Edufba, Cetad, 2009.
- ZALUAR, A. **Da revolta ao crime SA.** São Paulo: Moderna, 1996.
- ZINBERG, N. **Drug, set and setting.** Nova Haven: Yale University Press, 1984.

Resumo

Antropologia e a questão das drogas: um século de embates políticos e teóricos

O tema do consumo de drogas foi parte das preocupações da antropologia produzida no Brasil desde o início do século XX. Resta saber como a antropologia procurou abordar o assunto, quais seus interesses, motivações e adaptações, teóricas e metodológicas, aos novos problemas que surgem. Argumentamos que, de início voltados, prioritariamente, à descrição do uso de maconha pelos negros recém-libertos, os(as) pesquisadores(as) vão construindo uma base teórica que será incorporada por outras disciplinas e terá influência no debate de políticas públicas. A antropologia vai desenvolvendo uma abordagem sociocultural capaz de produzir uma descrição das técnicas e dos rituais em torno da droga e que privilegia o saber do usuário e seus instrumentos de autorregulação do uso de substâncias. Mostramos, por meio da exposição de pesquisas que se sucedem no tempo, como a nova realidade imposta pelas grandes cenas de uso de crack e pelo consumo da *ayahuasca* na cidade faz com que conceitos, tais como circuito, território e experiência, se somem à abordagem antes consolidada.

Palavras-chave: Drogas; Antropologia; Abordagem sociocultural; Etnografia; Ritual.

Abstract

Anthropology and drugs: a century of political and theoretical conflicts

Since the beginning of the twentieth century, drug use has been a major concern of anthropological studies produced in Brazil. It is worth exploring how anthropology has approached this subject, what are its methodological and theoretical interests, motivations, and adaptations regarding new problems. Over the course of our study, we will examine first and foremost the use of marijuana by Black people recently freed from slavery in the late nineteenth century, thereby building a theoretical basis that will expand to include other disciplines and exert an influence on public policy debates. Anthropology has developed a sociocultural approach capable of describing techniques and rituals related to drugs that privileges users' own knowledge and techniques of self-regulation regarding substance use. Relying on ongoing research, we will show how the new reality imposed by widespread crack cocaine and ayahuasca use in cities, links concepts like drug circuits, territories, and experiences to our previously consolidated approach.

Keywords: Drugs; Anthropology; Sociocultural approach; Ethnography; Ritual.

Résumé

L'anthropologie et la question des drogues : un siècle d'affrontements politiques et théoriques

La consommation de drogues, au Brésil, faisait partie des préoccupations de l'anthropologie au Brésil depuis le début du XXe siècle. Il reste à voir comment l'anthropologie a cherché à aborder le sujet, ses motivations et ses adaptations, théoriques et méthodologiques, compte-tenu les nouvelles problématiques. Nous soutenons que, initialement axés principalement sur la description de l'utilisation de la marijuana par les Noirs nouvellement libérés, les chercheurs établissent un fondement théorique qui sera incorporé par d'autres disciplines et influencera le débat sur les politiques publiques. L'anthropologie développe une approche socioculturelle capable de décrire des techniques et des rituels entourant la drogue, et privilégiant les connaissances des utilisateurs et leurs instruments d'autorégulation de la consommation de substances. On met en évidence, en rappelant de nombreuses études, comment la nouvelle réalité imposée par la mise en scène de l'usage du crack et de la consommation de l'ayahuasca fait que des concepts tels que circuit, territoire et expérience s'ajoutent à l'approche précédemment consolidée.

Mots-clés : Drogues ; Anthropologie ; Approche socioculturelle ; Ethnographie; Rituel.